

TRIBUNA DA CIDADE

ADOLFO LOPES

Os reflexos da crise no DF

O Brasil experimentou intensa urbanização nas duas derradeiras décadas. No entanto, o painel de resultado assinala uma desastrosa e desequilibrada distribuição populacional pelo território, com o crescimento exacerbado e desordenado das consideradas grandes cidades, incluindo o nefasto contingente de desempregado e subempregado, sem as mínimas condições de consumir os denominados bens básicos. Neste contexto, a habitação condigna ressalta como problema grave, sendo imprevisíveis as resultantes negativas, com seus efeitos cinérgicos cruciais no âmago da enorme dívida social que se alastra a passos largos por todo o País.

A nossa passagem pela Secretaria de Desenvolvimento Social do DF — presidindo o Conselho Administrativo da Sociedade Habitacional de Interesse Social (Shis), além de presidir também a Fundação do Serviço Social (FSS), permitiu cristalizar a consciência de que a questão habitacional e o desenvolvimento do espaço urbano mantêm relações estreitas que são fundamentais e determinantes na formulação de políticas para esses setores.

Todos os nossos estudos e pesquisas à época mostravam que essas políticas devem ter uma base de orientação, em nível econômico e social, que permita fluir o desenvolvimento satisfatório das atividades e funções urbanas.

No Distrito Federal, consoante a própria história da cidade, a expansão urbana processou-se antes

mesmo de totalmente ocupado o espaço destinado ao Plano Piloto, provocando o surgimento de enorme e crescente defasagem entre os níveis de renda da maioria de sua população e os preços das unidades habitacionais, aliada à



"Estatísticas indicam que a população de menor renda está cada vez mais distante

do mercado de trabalho"

acentuada migração. Tal fato, inquestionavelmente, acelerou essa expansão urbana, bem como espacializou a segregação social.

Estatísticas indicam a peregrinação das populações de menor renda durante os últimos 25 anos, entre os vários núcleos urbanos, localizando-se cada vez mais distante do mercado de trabalho, onde as cidades-satélites, completamente desarticuladas entre si, continuam configurando uma estrutura sócio-econômica com características marcadamente de bairros dormitórios.

As administrações regionais padecem em razão da falta de autonomia financeira e administrativa, o que agrava ainda mais a situação, sem falar na inconseqüente favelização do Distrito Federal, extremamente onerosa e em total desacordo com a nossa disponibilidade dos recursos hídricos que limitam o crescimento populacional da Capital da República.

O Distrito Federal merece ser gerenciado com seriedade, respeitando um Plano Diretor rígido que contemple ações conseqüentes que façam jus às transferências da União, visto não ter ainda obtido sua autonomia financeira. Ninguém cuidou disso na Carta Magna.

Ademais, os municípios goianos que formam o Entorno do Distrito Federal representam área de expansão urbana de Brasília e, como tal, devem ser integrados, oficialmente, às políticas que se desenvolvem nesse sentido. Para tanto, temos certeza da colaboração indispensável do Governo Federal, em conjunto com os governos do DF e Goiás, superando as questões político-administrativas que sempre serviram para justificar as ações isoladas dos governos na condução do problema.

Faz-se, pois, urgente a necessidade de se estabelecer, responsavelmente, políticas conjuntas com o estado de Goiás, DF e União, objetivando evitar que esta área se transforme em um barril de pólvora prestes a explodir.

Como solucionar tão graves questões sociais?

Voltaremos ao assunto.

■ Adolfo Lopes é ex-secretário de Desenvolvimento Social do DF